

## CAPÍTULO 1

# A PESTE DO AUTORITARISMO

## O PAÍS DAS MIL FACES

A cidade onde nasci, Arequipa, no sul do Peru, em um vale dos Andes, foi famosa por seu espírito clerical e de revolta, por seus juristas e seus vulcões, a limpeza de seu céu, seus saborosos camarões e seu regionalismo. E também pela “nevada”, uma forma de neurose transitória que acomete os que nascem ali. Um belo dia, o mais manso dos arequipanos para de responder aos cumprimentos, passa as horas de cara fechada, diz e comete os maiores disparates e, por causa de uma simples divergência de opiniões, começa a ameaçar o seu melhor amigo. Ninguém estranha nem se irrita com isso, pois todos entendem que o sujeito está com a “nevada” e que no dia seguinte voltará a ser a pessoa inofensiva de sempre. Embora minha família tenha me levado dali com um ano de idade e eu nunca tenha voltado a morar na cidade, sempre me senti bastante arequipano, e também acredito que as piadas que correm sobre nós no Peru — dizem que somos arrogantes, antipáticos e até mesmo loucos — são fruto da inveja. Pois não somos nós os que falamos o castelhano mais castiço do país? E não somos nós que temos esse verdadeiro monumento arquitetônico que é o Santa Catalina, um convento onde chegaram a morar quinhentas mulheres na época da colônia? Não fomos nós o cenário dos mais grandiosos terremotos e da maior quantidade de revoluções da história peruana?

De um a dez anos de idade, morei em Cochabamba, na Bolívia, e dessa cidade, onde fui inocente e feliz, recordo, mais do que as coisas que fiz ou das pessoas que conheci, os livros que li: *Sandokán*, Nostradamus, *Os três mosqueteiros*, Cagliostro, *Tom Sawyer*, *Simbad*. As histórias de piratas, exploradores e bandidos, os amores românticos e também os versos que minha mãe escondia no velador (e que eu lia sem nada entender, somente porque tinham o encanto das coisas proibidas) ocupavam as minhas melhores horas. Como era insuportável quando esses livros feiticeiros acabavam; às vezes eu inventava novos capítulos para eles ou simplesmente mudava o seu final. Essas continuações e emendas de histórias de terceiros foram as primeiras coisas que escrevi, os primeiros sinais de minha vocação de contador de histórias.

Como sempre acontece com as famílias estrangeiras, viver em outro país fez com que se reforçasse o nosso patriotismo. Até os dez anos de idade, eu tinha certeza de que ser peruano era o melhor dos destinos. A ideia que eu então fazia do Peru tinha mais a ver com o país dos incas e dos conquistadores do que com o Peru real. Este eu só vim a conhecer em 1946. A família se mudou de Cochabamba para Piura, onde meu avô tinha sido nomeado prefeito. Viajamos por estradas de terra, com uma parada em Arequipa. Recordo-me da emoção que senti ao chegar à minha cidade natal e dos mimos do tio Eduardo, um solteirão que era juiz e muito puro. Vivia com sua empregada Inocencia, como um cavalheiro espanhol da província, elegante, metódico, envelhecendo em meio a móveis velhíssimos, velhos retratos e objetos velhíssimos. Lembro de minha excitação ao ver o mar pela primeira vez, em Camaná. Resmunguei e enchi tanto que meus avós concordaram em parar o automóvel para que eu pudesse dar uma mergulhada no mar daquela praia brava e selvagem. Meu batismo marítimo não foi muito bem-sucedido porque fui picado por um caranguejo. Mesmo assim, o meu amor à primeira vista pelo litoral peruano se manteve. Aqueles três mil quilômetros de desertos, interrompidos apenas por vales curtos surgidos nas margens dos rios que descem dos Andes e com os quais se chocam as águas do Pacífico, possuem detratores. Os defensores incondicionais de nossa tradição indígena e denegridores dos hispânicos acusam a costa de estrangeirice e frivolidade, e afirmam ter sido uma grande desgraça o fato de o eixo da vida política e econômica peruana ter-se

deslocado da serra para o litoral — de Cuzco para Lima —, pois isso teria dado origem ao sufocante centralismo que fez do Peru uma espécie de aranha: um país com uma enorme cabeça — a capital — e membros raquíticos. Um historiador chegou a chamar Lima e o litoral de “o anti-Peru”. Nessa polêmica, como arequipano que sou, ou seja, “serrano”, eu deveria tomar o partido dos Andes, contra os desertos marinhos. No entanto, se me deparasse com o dilema de escolher entre esta paisagem e os Andes ou a selva amazônica — as três regiões que dividem o Peru verticalmente —, é provável que ficasse com as areias e as ondas.

O litoral foi a periferia do império dos incas, civilização que se irradiou a partir de Cuzco. Ela não foi a única cultura peruana pré-hispânica, mas sim a mais poderosa. Estendeu-se por Peru, Bolívia, Equador e parte do Chile, da Colômbia e da Argentina. Em sua curta existência de pouco mais de um século, os incas conquistaram dezenas de povos, construíram estradas, campos com irrigação, fortalezas, cidadelas, além de constituírem um sistema administrativo que lhes permitiu produzir o suficiente para que todos os peruanos comessem, coisa que nenhum outro regime conseguiu fazer desde então. Embora fique deslumbrado com os monumentos que deixaram, como Machu Picchu ou Sacsayhuamán, sempre achei que a tristeza peruana — traço marcante do nosso caráter — talvez tenha nascido no período incaico: uma sociedade toda normatizada e burocrática, de homens-formigas, cujas personalidades individuais foram completamente esmagadas por um rolo compressor onipotente.

Para manter sob sua submissão os povos que eles subjugarão, os incas lançaram mão de astúcias sofisticadas, como a de se apropriar de seus deuses e alçar os morubixabas avassalados ao nível de sua própria aristocracia. Fizeram uso também dos *mitimaes*, ou deslocamentos de populações, que eram tiradas de seu habitat e jogadas em outro, muito distante daquele. Os poemas quéchuas mais antigos que chegaram até nós são elegias desses homens atordoados, em terras estranhas, que cantam a sua pátria perdida. Cinco séculos antes da Grande Enciclopédia soviética e do romance *1984*, de George Orwell, os incas já haviam adotado a prática da manipulação do passado em função das necessidades políticas do presente. Cada imperador de Cuzco subia ao trono com uma corte de *amautas*, ou sábios, encarregados de retificar a história para demonstrar que esta atingia o apogeu justamente

sob o inca então reinante, a quem se atribuíam, a partir de então, todas as conquistas e os feitos de seus antecessores. O resultado disso é que se torna impossível reconstituir essa história tão borgeanamente enviesada. Os incas tinham um sofisticado sistema mnemotécnico para registrar quantidades — os *quipus* —, mas não conheceram a escrita, e sempre me pareceu convincente a tese de que não queriam conhecê-la, pois constituía um perigo para o seu tipo de sociedade. A arte dos incas é austera e fria, sem a fantasia e a habilidade que se depreende em outras culturas pré-incaicas, como as de Nazca e Paracas, de que provêm aquelas mantas de plumas de incrível delicadeza e aqueles tecidos com figuras enigmáticas que até hoje conservam suas cores e seu feitiço.

Depois do incaico, o homem peruano teve de enfrentar outro rolo compressor: a dominação espanhola. Os conquistadores trouxeram para o Peru o idioma e a religião que hoje falam e professam a maioria dos peruanos. Mas a exaltação indiscriminada à época colonial é algo tão falacioso quanto a idealização dos incas. Pois a Colônia, embora tenha feito do Peru o centro de um vice-reinado que abarcou também territórios que hoje compõem várias repúblicas, e de Lima uma capital onde resplandeciam uma corte suntuosa e uma importante vida acadêmica e cerimonial, significou também o obscurantismo religioso, a Inquisição, uma censura que chegou a proibir um gênero literário — o romance — e a perseguição aos ímpios e aos hereges, o que queria dizer, em muitos casos, simplesmente aos homens que se atreviam a pensar. A Colônia significou a exploração do índio e do negro e a formação de castas econômicas que se perpetuaram, fazendo do Peru um país de desigualdades imensas. A Independência foi um fenômeno político, que não alterou em quase nada essa sociedade cindida entre uma minoria que desfruta os privilégios da vida moderna e uma massa que vive na ignorância e na pobreza. Toda a pompa dos incas, da Colônia e da República nunca conseguiu fazer-me esquecer que todos os regimes sob os quais vivemos foram incapazes de reduzir as desigualdades que dividem os peruanos a dimensões aceitáveis, e esse estigma não pode ser compensado por monumentos arquitetônicos nem por feitos guerreiros ou pirotecnias cortesãs.

Nada disso, devo dizer, passava pela minha cabeça quando voltei da Bolívia. Minha família tinha costumes bíblicos: mudava-se inteira — tios

e tias, primos e primas — atrás dos avós, o tronco familiar. E foi assim que chegamos a Piura. Essa cidade, cercada de areais, foi minha primeira experiência peruana. No Colégio Salesiano, os colegas zombavam de mim porque eu falava como um “serrano” — fazendo os *erres* e *esses* soarem mais forte — e achava que os bebês eram trazidos por cegonhas, vindas de Paris. Eles me fizeram saber que as coisas aconteciam de uma forma menos aérea.

Minha memória está carregada de imagens dos dois anos que passei naquele lugar. Os piuranos são extrovertidos, superficiais, brincalhões, acolhedores. Na Piura daquela época, bebia-se uma chicha ótima e dançava-se com graça no baile popular regional — o “tondero” —, e as relações entre “cholos”\* e “brancos” eram menos tensas do que em outros lugares: a informalidade e o espírito brincalhão dos piuranos encurtavam as distâncias sociais. Os homens apaixonados faziam serenata para as moças sob as varandas, e os noivos que encontravam alguma oposição roubavam a noiva: levavam-na para alguma fazenda por alguns dias para depois — final feliz, famílias reconciliadas — realizar o casamento religioso com toda a pompa, na catedral. Os raptos eram anunciados e comemorados, como a chegada do rio, que, alguns meses por ano, trazia vida às fazendas de algodão.

O grande vilarejo de Piura era cheio de acontecimentos que despertavam a imaginação. Havia a Mangachería, com seus barracões de pau a pique, onde ficavam os melhores botecos, e a Gallinacera, entre o rio e o matadouro. Os dois bairros se odiavam, e às vezes ocorriam verdadeiras batalhas campais entre “mangaches” e “gallinazos”. E havia também a “Casa Verde”, o prostíbulo da cidade, construído no meio do deserto, do qual à noite provinham luzes, sons e silhuetas inquietantes. Esse lugar, contra o qual vociferavam os padres do Salesiano, me assustava e fascinava ao mesmo tempo, e eu passava horas falando dele, observando-o e fantasiando sobre o que acontecia ali dentro. Aquela precária estrutura de madeira, em que se apresentava uma orquestra da Mangachería e na qual os piuranos iam para comer, ouvir música, falar de negócios tanto quanto para fazer amor — os casais faziam isso ao ar livre, sob as estrelas, na areia

---

\* Mestiços de índios com brancos. (N. do T.)

morna —, é uma das mais sugestivas recordações da minha infância. Dele nasceu *A Casa Verde*, um romance em que, por meio dos transtornos causados na vida e na fantasia dos piuranos pela instalação do prostíbulo, e das façanhas e infortúnios de um grupo de aventureiros da Amazônia, procurei reunir, em uma ficção, duas regiões do Peru — o deserto e a selva —, tão distantes quanto diferentes uma da outra. Devo também às lembranças de Piura o impulso que me levou a escrever várias histórias de meu primeiro livro: *Os chefes*. Quando essa coletânea de contos foi publicada, alguns críticos viram nela uma radiografia do “machismo” latino-americano. Não sei se isso corresponde à verdade, mas sei que os peruanos da minha idade cresceram em meio a essa violência terna — ou ternura violenta — que procurei reproduzir em meus primeiros relatos.

Conheci Lima quando já saía da infância, e é uma cidade que odiei desde o primeiro instante, pois fui muito infeliz ali. Meus pais tinham se separado e, depois de dez anos, voltaram a viver juntos. Viver com meu pai implicava um afastamento de meus avós e tios e a submissão a uma disciplina imposta por um homem severíssimo que era, para mim, um desconhecido. Minhas primeiras lembranças de Lima estão associadas a essa experiência difícil. Morávamos em Magdalena, um bairro típico de classe média. Mas eu ia passar os fins de semana, quando tirava boas notas — era o meu prêmio — com uns tios em Miraflores, um bairro mais próspero, colado ao mar. Ali, conheci um grupo de rapazes e moças da minha idade, com quem compartilhei os ritos da adolescência. Isso era o que se chamava então de “ter um bairro”: uma família paralela, cujo lar era a esquina, e com quem se jogava futebol, se fumava escondido, se aprendia a dançar mambo e a se declarar para as meninas. Em comparação com as gerações que vieram depois, éramos uns anjos. Os jovens limenhos de hoje fazem amor na mesma época da primeira comunhão e dão a sua primeira tragada de maconha quando ainda estão mudando de voz. Nós nem sequer sabíamos da existência das drogas. Nossas estripulias não iam muito além de ver escondidos os filmes proibidos — que a censura eclesiástica qualificava de “impróprios para senhoritas” — ou tomar um “capitão” — mistura venenosa de vermute com aguardente — no armazém da esquina antes de ir para a festa dos sábados, onde nunca se servia bebida alcoólica. Lembro de uma discussão muito séria que tivemos em nosso grupo de rapazes do bair-

ro — tínhamos entre catorze e quinze anos de idade — sobre qual seria a maneira legítima de beijar a namorada na matinê do domingo. Aquele que Giacomo Casanova chamava, cheio de chauvinismo, de “estilo italiano” — ou beijo de língua — foi unanimemente descartado, como pecado mortal.

A Lima de então — final dos anos quarenta — ainda era uma cidade pequena, segura, calma e mentirosa. Vivíamos em compartimentos estanques. Os ricos e bem de vida em Orrantia e San Isidro; a classe média alta em Miraflores e a média mesmo em Magdalena, San Miguel, Barranco; os pobres, em La Victoria, Lince, Bajo el Puente, El Porvenir. Nós, rapazes das classes privilegiadas, quase não víamos os pobres e nem sequer nos dávamos conta de sua existência: eles estavam ali, em seus bairros, lugares perigosos e distantes onde, ao que tudo indicava, havia crimes. Um rapaz do meu meio, caso nunca saísse de Lima, podia passar a vida inteira com a ilusão de viver em um país de língua hispânica, com brancos e mestiços, ignorando totalmente os milhões de índios — um terço da população — que falam o quéchua e têm modos de vida completamente diferentes.

Tive a sorte de romper um pouco essa barreira. Hoje isso me parece uma sorte. Mas, na ocasião — 1950 —, foi um verdadeiro drama. Meu pai, que tinha descoberto que eu fazia poemas, temia pelo meu futuro — um poeta é um ser condenado a morrer de fome — e pela minha “masculinidade” (a crença de que os poetas são todos meio afeminados está ainda bastante espalhada em certo setor) e, como ação preventiva, houve por bem considerar que o antídoto ideal seria o Colégio Militar Leoncio Prado. Fiquei dois anos nesse internato. O Leoncio Prado era um microcosmo da sociedade peruana. Entravam ali rapazes de classe alta, mandados pelos pais como para um reformatório, rapazes de classe média que aspiravam à carreira militar, e também jovens dos setores humildes, pois o colégio tinha um sistema de bolsas que abria suas portas aos filhos das famílias mais pobres. Era uma das poucas instituições do Peru em que conviviam ricos, pobres e intermediários; brancos, cholos, índios, negros e chinos;\* limeños e interioranos. A clausura e a disciplina militar foram insuportáveis para mim, assim como o clima de brutalidade e de disputas com base na

---

\* Mestiços de negros com índios. (N. do T.)

força. Mas acredito que naqueles dois anos aprendi a conhecer a sociedade peruana, seus contrastes, tensões, preconceitos, abusos e ressentimentos que um rapaz miraflorense não chegava nem a imaginar que existissem. Sou grato ao Leoncio Prado, também, por uma outra coisa: ele me proporcionou a experiência que foi a matéria-prima do meu primeiro romance. *A cidade e os cachorros* reconstitui, obviamente com muita invenção misturada, a vida daquele microcosmo peruano. O livro teve uma acolhida ruidosa. Mil exemplares foram queimados de forma cerimonial no pátio do colégio e vários generais o atacaram com dureza. Um deles disse que o livro tinha sido escrito por uma “mente degenerada”; outro, mais criativo, que se tratava, sem nenhuma dúvida, de um romance financiado pelo Equador para desmoralizar o exército peruano. O livro foi bem-sucedido, mas sempre fiquei em dúvida se isso aconteceu por mérito próprio ou devido ao escândalo que causou.

Nos últimos vinte anos, milhões de emigrantes da serra vieram se instalar em Lima, em subúrbios — chamados eufemisticamente de jovens vilarejos — que cercam os bairros antigos. Diferentemente de nós, os rapazes de classe média de hoje em Lima descubrem a realidade do país apenas abrindo as janelas de suas casas. Hoje os pobres estão por toda parte, como vendedores ambulantes, vagabundos, mendigos, assaltantes. Com seus cinco e meio ou seis milhões de habitantes e seus problemas gigantescos — o lixo, o transporte deficiente, a falta de moradias, a delinquência —, Lima perdeu muitos de seus encantos, como o bairro colonial e suas varandas com gelosias, sua tranquilidade, seus ruidosos e exaustivos carnavais. Mas hoje ela é de fato a capital do Peru, pois todas as pessoas e todos os problemas do país estão ali representados.

Dizem que amor e ódio se confundem, e acho que isso deve ser verdade, pois eu, que passei a vida praguejando contra Lima, emociono-me com muitas coisas dessa cidade. Por exemplo, sua neblina, esse véu que a encobre de maio a novembro e que impressionou tanto a Melville quando esteve por aqui (em *Moby Dick*, ele chama Lima de “a cidade mais triste e estranha que se pode imaginar”, porque “é tomada por um véu branco”, que lhe “acrescenta o horror da angústia”). Gosto da sua garoa, a chuvinha invisível que sentimos como pequeninas patas de aranha no rosto e que faz com que tudo esteja sempre úmido e com que nós, vizinhos da cidade, nos

sintamos, no inverno, um pouco batráquios. Gosto de suas praias de águas frias e ondas grandes, ideais para o surfe. E gosto de seu velho estádio, onde vou assistir a jogos de futebol torcendo pelo Universitario de Deportes. Mas sei que isso tudo são apenas fragilidades muito pessoais e que as coisas mais belas do meu país não estão ali e sim no interior, em seus desertos, ou nos Andes, ou, ainda, na floresta.

Ao pé de um de seus poemas, César Moro, um surrealista peruano, chamou a cidade, agressivamente, de “Lima, a horrível”. Anos depois, outro escritor, Sebastián Salazar Bondy, retomou a expressão insultante e escreveu, usando-a como título, um ensaio destinado a demolir o mito de Lima, a idealização da cidade nos contos e nas lendas, bem como nas canções crioulas, e a mostrar os contrastes entre aquela cidade supostamente mourisca e andaluz, de gelosias vazadas por trás das quais as “ocultas”, de uma beleza misteriosa e diabólica, atraíam os cavalheiros de perucas empoadas, e a Lima real, dura, suja e violenta. Toda a literatura peruana poderia ser dividida em duas tendências: os endeusadores e os detratores de Lima. A cidade verdadeira provavelmente não é tão bela como dizem alguns nem tão terrível como pintam os outros.

Embora seja, no seu conjunto, uma cidade sem personalidade, há, nela, lugares bonitos, como algumas praças, conventos e igrejas, e essa joia que é o Acho, a praça dos touros. Lima mantém o apego taurino desde a época colonial, e o limenho fanático por touradas é um conhecedor tão apurado no tema como o do México ou de Madri. Sou um desses entusiastas que procuram não perder nenhuma das corridas da Feira de Outubro. Quem inculcou em mim essa paixão foi meu tio Juan, um dos meus infinitos parentes do lado materno. Seu pai tinha sido amigo de Juan Belmonte, o grande toureiro, e este lhe presenteara com um de seus trajes brilhantes que usara toureando em Lima. A roupa era guardada na casa do tio Juan como uma relíquia e era exibida às crianças da família nas ocasiões especiais.

Tão limenhas como as corridas de touros são as ditaduras militares. Os peruanos da minha geração viveram mais tempo sob governo de força do que sob democracia. A primeira ditadura que sofreu na própria carne foi a do general Manuel Apolinario Odría, de 1948 a 1956, anos em que os peruanos da minha idade passaram de crianças a homens. O general Odría

derrotou um advogado de Arequipa, José Luis Bustamante y Rivero, primo de meu avô. Eu o conhecia porque, quando morávamos em Cochabamba, ele se hospedou na casa de meus avós e eu lembrava como falava bem — nós o escutávamos boquiabertos — e os trocados que me dera na despedida. Bustamante foi candidato de uma frente democrática nas eleições de 1945, uma aliança dentro da qual o Partido Aprista, de Víctor Raúl Haya de la Torre, tinha maioria. Os apristas — de centro-esquerda — tinham sido duramente reprimidos pelas ditaduras. Independente, Bustamante foi candidato apoiado pelo APRA porque o partido não podia apresentar candidatura própria. Depois de eleito — por grande maioria —, o APRA começou a agir como se Bustamante fosse um títere da agremiação. Ao mesmo tempo, a direita — troglodita, da época das cavernas — voltou-se com uma hostilidade feroz contra ele, a quem considerava um instrumento manipulado por seu pior inimigo, o APRA. Bustamante manteve sua independência, resistiu às pressões da esquerda e da direita, e governou respeitando a liberdade de expressão, a vida sindical e os partidos políticos. Durou três anos apenas, com manifestações de rua, crimes políticos e levantes, até o golpe de Odría. A admiração que eu tinha desde criança por aquele senhor de gravata-borboleta, que andava como Chaplin, continua viva, pois de Bustamante se podem dizer muitas coisas que constituem raridade na série de governantes que meu país conheceu: deixou o poder mais pobre do que quando entrou, foi tolerante com seus adversários e severo com seus partidários, para que ninguém pudesse acusá-lo de parcialidade, e respeitou as leis até o ponto extremo de seu suicídio político.

Com o general Odría, a barbárie voltou a se instalar no Peru. Embora Odría tenha matado, detido e deportado uma boa quantidade de peruanos, seus oito anos de governo foram menos sanguinários do que outras ditaduras sul-americanas da mesma época. Em compensação, a sua foi mais corrupta. Não só porque os chefes do regime encheram os seus bolsos de dinheiro, mas também — algo ainda mais grave — porque a mentira, as mordomias, a chantagem, a delação e os abusos adquiriram caráter de instituição pública, contaminando toda a vida do país.

Foi nessa época (1953) que entrei para a Universidade de San Marcos, para estudar Direito e Letras. Minha família tinha a expectativa de que eu entrasse na Católica, universidade para a qual se dirigiam os jovens da-

quilo que era conhecido, então, como “famílias decentes”. Mas eu tinha perdido a fé entre os catorze e os quinze anos, e não queria ser um “menino bonzinho”. Descobri os problemas sociais no último ano do colégio, daquela maneira romântica com que uma criança descobre os preconceitos e as desigualdades sociais, e queria me identificar com os pobres e fazer uma revolução que trouxesse a justiça ao Peru. A San Marcos — uma universidade laica e nacional — tinha uma tradição de inconformismo que me atraía tanto quanto as suas perspectivas acadêmicas.

A ditadura havia desmantelado a universidade. Havia professores no exílio, e, no ano anterior, 1952, um grande arrastão levava dezenas de estudantes à prisão ou ao exterior. Reinava um clima de medo nas salas de aula, onde a ditadura infiltrara muitos policiais que se passavam por alunos. Os partidos estavam proibidos, e os apristas e os comunistas — grandes adversários, na época — atuavam na clandestinidade.

Pouco tempo depois de entrar na San Marcos, comecei a militar em Cahuide, nome com que se tentava ressuscitar o Partido Comunista, fortemente golpeado pela ditadura. Nossa militância se mostrou bastante inofensiva. Reuníamos-nos secretamente, em pequenas células, para estudar o marxismo; imprimíamos panfletos contra o regime, brigávamos com os apristas; conspirávamos para que a universidade apoiasse as lutas operárias — nossa maior façanha foi conseguir realizar uma greve na San Marcos em solidariedade aos condutores de bonde — e para que nossos companheiros ganhassem posições nos organismos universitários. Era a época do reinado absoluto do stalinismo, e, no campo literário, a estética oficial do partido era o realismo socialista. Foi isso, acredito, a primeira coisa que me decepcionou em relação ao Cahuide. Embora com reticências, que se deviam à contrainfluência exercida por Sartre — a quem eu admirava muito —, cheguei a me resignar ao materialismo dialético e ao materialismo histórico. Mas nunca consegui aceitar os princípios aberrantes do realismo socialista, que aboliam todo mistério e transformavam o fazer literário em um exercício de propaganda. Nossas discussões eram intermináveis, e em um desses debates, em que eu disse que *Assim foi temperado o aço*, de Nicolai Ostrovski, era um romance anestésico e defendi *Os frutos da terra*, do decadente André Gide, um de meus camaradas me classificou da seguinte forma: “Você é um sub-homem.”

E, de certa forma, eu era mesmo, pois lia com voracidade e admiração crescentes uma série de escritores considerados pelos marxistas da época “coveiros da cultura ocidental”: Henry Miller, Joyce, Hemingway, Proust, Malraux, Céline, Borges. Mas, sobretudo, Faulkner. Talvez o que mais guardei dos meus anos de universidade não tenha sido aquilo que aprendi nas aulas, mas sim o que li nos romances e contos que contam a saga de Yoknapatawpha County. Lembro o deslumbramento que foi ler — com lápis e papel à mão — *Luz de agosto*, *A Palmeiras selvagens*, *Enquanto agonizo*, *O som e a fúria* etc., e entender, a partir de suas páginas, a infinita complexidade de matizes e ressonâncias e a riqueza textual e conceitual que o romance podia conter. E também que contar bem uma história requeria uma técnica de prestidigitador. Meus modelos literários de juventude iam perdendo peso, como Sartre, que hoje nem consigo reler. Mas Faulkner continua a ser um autor de cabeceira, e toda vez que o releio me convenço de que sua obra é uma *summa* romanesca comparável à dos grandes clássicos. Nos anos cinquenta, nós, latino-americanos, líamos principalmente os europeus e os norte-americanos; pouco líamos dos nossos próprios autores. Isso mudou: os leitores da América Latina descobriram seus romancistas ao mesmo tempo que isso era feito também por leitores de outras regiões do mundo.

Um fato decisivo para mim, naqueles anos, foi conhecer o chefe de segurança da ditadura, o homem mais odiado depois do próprio Odría. Eu era representante da Federação Universitária de San Marcos. Havia vários san-marquinos presos e nós ficamos sabendo que eles estavam dormindo no chão dos calabouços, sem colchões nem cobertas. Fizemos uma coleta e compramos cobertores. Mas, quando fomos levá-los para eles, disseram-nos na Penitenciária — a cadeia que ficava onde é hoje o Hotel Sheraton, em cujos quartos, em alguns casos, dizem que ainda “penam” as almas dos torturados na antiga masmorra — que somente o diretor de Governo, dom Alejandro Esparza Zañartu, podia autorizar a entrega. Decidiu-se, então, na Federação, que cinco representantes pediriam uma audiência com ele. E eu estava entre os cinco.

Guardo ainda, muito viva, a sensação que tive ao ver de perto — em seu gabinete no Ministério do Governo, na praça Itália — aquele temido personagem. Era um homem pequeno, cinquentão, rígido e mal-humora-

do, que parecia nos olhar através de uma camada de água e que não queria nos escutar de jeito nenhum. Deixou-nos falar — nós tremíamos — e, quando terminamos, continuou a olhar para nós, sem dizer nada, como que zombando da confusão em que nos encontrávamos. Em seguida, abriu uma gaveta de sua mesa e tirou alguns números de *Cahuide*, um jornalzinho mimeografado que publicávamos clandestinamente e em que, obviamente, o atacávamos. “Sei quem de vocês escreveu cada um desses artigos”, disse ele, “onde se reúnem para imprimir tudo e o que tramam em suas células.” E, com efeito, ele parecia dotado de onisciência. Mas, ao mesmo tempo, provocava uma sensação deplorável, de uma mediocridade lamentável. Expressava-se com erros gramaticais, e sua indigência intelectual era evidente. Ao vê-lo, nessa entrevista, ocorreu-me pela primeira vez a ideia de um romance que só acabaria por escrever quinze anos mais tarde: *Conversa na catedral*. Nele eu quis descrever os efeitos que uma ditadura com as características da era odriista tem na vida cotidiana das pessoas — em seus estudos, no trabalho, no amor, em seus sonhos e ambições. Levei um bom tempo para encontrar um fio condutor válido para a sua grande quantidade de personagens e episódios: o encontro casual e a conversa que entabulam, ao longo da história, um antigo guarda-costas e capanga da ditadura e um jornalista, filho de um homem de negócios que prosperou durante o regime. Quando o livro foi lançado, o ex-diretor de Governo — afastado então da política e dedicando-se à filantropia — comentou: “Se Vargas Llosa tivesse vindo falar comigo, eu lhe teria contado coisas mais interessantes.”

Se o Colégio Militar Leoncio Prado me ajudou a conhecer o meu país, o jornalismo, profissão que me levou a explorar todos os ambientes, classes sociais, lugares e atividades, também me abriu muitas de suas portas. Comecei a trabalhar como jornalista aos quinze anos de idade, durante as férias do quarto ano do ensino fundamental, no diário *La Crónica*, como redator de assuntos locais, e, depois, policiais. Era algo alucinante percorrer à noite as delegacias para saber quais crimes, roubos, assaltos ou acidentes tinham acontecido e, também, sobre as investigações dos casos mais espetaculares, como o da “Mariposa noturna”, uma prostituta assassinada a facadas em El Porvenir, que me levou a fazer um périplo pelos locais de prostituição de Lima, as boates vagabundas, os bares dos rufiões e dos mi-

chês. Naquele tempo, as fronteiras entre o jornalismo e a marginalidade — ou pelo menos a boemia mais malfalada — se confundiam um pouco. No fim do expediente, havia uma espécie de ritual obrigatório que consistia em se enfiar com os colegas em um bar lúgubre qualquer, onde éramos atendidos geralmente por chinos, com o chão coberto de serragem para disfarçar os vômitos dos bêbados. Depois, eram os bordéis, onde os jornalistas policiais — devido ao medo de escândalos — recebiam tratamento preferencial.

Durante os últimos anos de faculdade, trabalhei em uma rádio — Panamericana —, com boletins noticiosos. Ali pude conhecer de perto — por dentro mesmo — o mundo das radionovelas, um universo fascinante, de muita suscetibilidade e truculência, acasos maravilhosos e uma fofocagem interminável, que parecia uma versão moderna dos folhetins do século XIX, gozando de uma audiência tão grande que se dizia que, caminhando por qualquer rua de Lima, um transeunte poderia ouvir um capítulo inteiro de *O direito de nascer*, de Félix B. Caignet, pois não havia uma única casa em que ela não era ouvida. Esse mundinho eferescente e pitoresco inspirou-me o tema de outro romance: *Tia Julia e o escrevinhador*. Na aparência, trata-se de um romance sobre a radionovela e o melodrama, mas, no fundo, é uma história sobre algo que sempre me fascinou, algo a que dedico a maior parte de minha vida e que nunca consegui compreender completamente: por que escrevo, o que é escrever. Desde criança, vivo acochado pela tentação de transformar em ficção todas as coisas que acontecem comigo, a tal ponto que às vezes tenho a impressão de que tudo que faço e que fazem para mim — a vida, enfim — não passa de um pretexto para construir histórias. O que há por trás dessa permanente transmutação da realidade em ficção? A pretensão de preservar certas experiências importantes contra a passagem do tempo devorador? O desejo de exorcizar, transfigurando-os, certos fatos dolorosos e terríveis? Ou, simplesmente, um jogo, uma embriaguez reunindo palavras e fantasia? Quanto mais escrevo, mais difícil me parece encontrar uma resposta.

Terminei a faculdade em 1957. No ano seguinte, apresentei minha tese e obtive uma bolsa para fazer um doutorado em Madri. Ir para a Europa — chegar de alguma forma a Paris — era um sonho que eu acalentava desde que li Alexandre Dumas, Julio Verne e Victor Hugo. Estava feliz,

preparando as malas, quando um acaso me proporcionou a possibilidade de fazer uma viagem à Amazônia. Um antropólogo mexicano, Juan Comas, ia percorrer o Alto Marañón, onde se encontram as tribos aguarunas e huambisas, e havia um lugar vago na expedição, o qual ocupei graças a uma amiga da San Marcos.

As semanas passadas no Alto Marañón, visitando tribos, povoados e aldeias, foram uma experiência inesquecível, que me revelou uma outra realidade do meu país (o Peru, como se vê, é um país de mil faces). Passar de Lima para Chicais ou Urakusa era como pular do século XX para a Idade da Pedra, entrar em contato com compatriotas que viviam seminus, em condições de extremo primitivismo e que, além disso, eram explorados sem qualquer misericórdia. Os exploradores, por sua vez, eram comerciantes pobres, semianalfabetos, descalços, que vendiam produtos de borracha e peles compradas das tribos a preços irrisórios, pessoas que castigavam de modo selvagem qualquer tentativa dos indígenas de se emancipar de sua tutela. Quando chegamos ao povoado de Urakusa, fomos recebidos pelo cacique, um aguaruna chamado Jum. Vê-lo e ouvir sua história foi algo grandioso, pois esse homem havia sido torturado fazia pouco tempo, por ter tentado criar uma cooperativa. Nas aldeias perdidas do Alto Marañón, vi e senti o grau de violência que a luta pela vida podia atingir no meu país.

Mas a Amazônia não era apenas o sofrimento, os abusos, a coexistência atritada de peruanos com diferentes mentalidades e de épocas históricas distintas. Era, também, um mundo de uma exuberância e de uma força portentosas, onde uma pessoa vinda da cidade podia descobrir a natureza não domesticada nem degradada, um espetáculo magnífico de grandes rios caudalosos e matas virgens, animais que pareciam saídos de lendas e homens e mulheres de vidas arriscadas e totalmente livres, parecidas com as dos protagonistas dos romances de aventuras que tinham feito uma viagem mais fértil do que essa, em meados de 1958. Muitas das coisas que ali fiz, vi ou ouvi fermentaram-se, mais tarde, na forma de histórias.

Nessa viagem, tive pela primeira vez a intuição daquilo que Isaiah Berlin chama de “as verdades contraditórias”. Foi em Santa María de Nieva, uma pequena localidade onde, nos anos quarenta, instalara-se uma missão. As freiras abriram uma escola para as meninas das tribos. Mas, como estas não compareciam voluntariamente, eram ali levadas com a aju-

da da Guarda Civil. Algumas dessas meninas, depois de passarem algum tempo na missão, perdiam todo contato com seu mundo familiar e não conseguiam retomar a vida de onde haviam sido retiradas. O que acontecia com elas, então? Eram confiadas aos representantes da “civilização” que passavam por Santa María de Nieva — engenheiros, militares, comerciantes — e as levavam como domésticas. O drama maior era que as missionárias não só não atinavam para as consequências de toda aquela operação como também, para realizá-la, davam provas de verdadeiro heroísmo. As condições em que viviam eram muito difíceis, e seu isolamento era quase total nos meses de alta dos rios. Que com as melhores intenções do mundo e à custa de um sacrifício sem fim podiam-se causar tantos danos, eis uma lição que trago sempre comigo. Ela me ensinou o quão movediça é a linha que separa o bem e o mal, a prudência que se faz necessária para julgar as ações humanas e para decidir quais são as soluções para os problemas sociais quando se quer evitar que os remédios resultem em algo mais nocivo do que a própria doença.

Parti para a Europa e não voltei a morar no meu país de forma permanente até 1974. Entre os vinte e dois anos, idade que tinha quando parti, e os trinta e oito, que completei em minha volta, muitas coisas se passaram, e quando retornei eu era, em vários sentidos, uma pessoa totalmente diferente. Mas, no que se refere à relação com o meu país, acredito que continua a ser a mesma de minha adolescência. Uma relação que poderia ser definida com a ajuda de metáforas, mais do que de conceitos. O Peru é, para mim, uma espécie de doença incurável, e minha relação com ele é intensa, atritada, cheia daquela violência que caracteriza a paixão. O romancista Juan Carlos Onetti disse certa vez que a diferença entre mim e ele, como escritores, era que eu tinha com a literatura uma relação de matrimônio, e ele uma relação de adultério. Tenho a impressão de que minha relação com o Peru é mais adúltera do que conjugal. Ou seja: impregnada de suspeita, paixão e furor. Conscientemente, luto contra toda forma de “nacionalismo”, algo que me parece uma das grandes falhas humanas e que tem servido como álibi para os piores contrabandos. Mas não deixa de ser um fato que as coisas do meu país me deixam mais exasperado ou exaltado, e que o que nele acontece ou deixa de acontecer diz respeito a mim de uma maneira íntima e incontornável. É possível que, se fizesse um balanço, eu

chegasse à conclusão de que, na hora de escrever, aquilo que do Peru se faz mais presente em mim são seus defeitos. E que também tenho sido um crítico severo, a ponto de cometer alguma injustiça, de tudo aquilo que o aflige. Mas creio que, sob essas críticas, reside uma solidariedade profunda. Embora já me tenha ocorrido odiar o Peru, esse ódio, como no verso de César Vallejo, foi sempre impregnado de ternura.

Lima, agosto de 1983